Processo TC nº 009.443/2010-0

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – *Recurso de Reconsideração*

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Examina-se recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Antônio Gildan Medeiros em face do Acórdão nº 2696/2013-1ª Câmara (peça 28), por meio do qual esta Corte, dentre outras medidas, julgou irregulares suas contas, condenando-o ao pagamento de débito e imputou-lhe multa em razão de irregularidades na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, durante o período de janeiro/2003 a julho/2004.

2. No referido aresto, foi caracterizada a revelia do responsável por não ter apresentado alegações de defesa após citação por meio de edital, medida adotada já que seu ofício citatório retornou depois de três tentativas frustradas de entrega, em razão de o destinatário encontrar-se ausente.

3. Em sua peça recursal, o gestor alega cerceamento de defesa, porquanto o ofício de citação foi endereçado a local diverso de sua residência. O recorrente afirma que ainda reside na Rua dos Carpinteiros s/n, Centro, Buriticupu/MA, conforme consta à peça 47, p. 03 destes autos, ao passo que o ofício foi endereçado à Rua dos Carpinteiros, nº 13, Centro, Buriticupu/MA, endereço constante da base de dados da Receita Federal. Por essa razão, pugna pelo reconhecimento da nulidade da citação de forma que possa apresentar suas razões de defesa.

4. O auditor encarregado pela instrução do processo concluiu, à peça 56, pela inexistência de ilegalidade no ato de citação do responsável, motivo pelo qual os argumentos apresentados não acarretariam formação de novo juízo sobre a matéria. Assim, alvitrou proposta de conhecer este recurso para, no mérito, negar-lhe provimento (peça 56, p. 08). Tal manifestação contou com a anuência do diretor da área técnica, conforme despacho à peça 57.

5. Já o titular da unidade pronunciou-se de forma diversa, tendo-se manifestado no sentido de que, neste caso, a citação por edital configuraria violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, configurando, em sua opinião, a nulidade da citação do recorrente (peça 58).

6. Compartilho do entendimento sustentado pelo auditor e acolhido pelo diretor. Neste contexto, permito-me trazer à baila trechos da referida instrução que contemplam, de modo claro e aprofundado, a questão jurídico-processual sob exame:

“17. No presente caso, a Unidade Técnica utilizou a carta registrada para citar o Sr. Antônio Gildan Medeiros. Os ofícios citatórios foram encaminhados para o endereço do responsável constante na base CPF da Receita Federal (peça 15, p. 9, 39-55 e peça 29), cujo aviso de recebimento dos Correios constam três tentativas de entrega (25, 26 e 27/7/2011) e o motivo da devolução: destinatário ausente (peça 16, p. 2).

18. Não localizado o destinatário, a Unidade Técnica providenciou a sua citação por edital, conforme dispõe o art. 179, inciso III do RI/TCU c/c o art. 3º, inciso IV da Resolução TCU 170/2004 (peça 16, p. 7).

19. Assim, a citação do responsável foi válida, a teor do art. 22 da Lei 8.443/92, do art. 179, incisos I e III, do Regimento Interno do TCU e dos arts. 3º, incisos III e IV e 4º, inciso III, da Resolução TCU nº 170/2004.

20. Não há que se falar em aplicação dos dispositivos do Código de Processo Civil, uma vez que as comunicações processuais desta Corte de Contas já estão regulamentadas nos normativos específicos acima relacionados.

21. Assiste razão ao recorrente quanto ao endereço indicado na ficha de qualificação de responsável, qual seja, Rua dos Carpinteiros s/n, Buriticupu/MA (peça 1, p. 9 e peça 14, p. 1). Observa-se que tais documentos foram confeccionados em 11/2/2005 e 31/5/2007 (peça 1, p. 58 e peça 14, p. 5).

22. Ocorre que a Unidade Técnica, antes de citar o responsável, realizou consulta à base CPF da Receita Federal em 29/3/2010 e obteve o seguinte endereço: Rua dos Carpinteiros nº 13, Centro, Buriticupu/MA (peça 15, p. 9). Tal endereço foi confirmado em nova consulta à mesma fonte em 15/5/2013 (peça 29).

23. Nota-se que as informações obtidas na base CPF são mais recentes que aquelas trazidas na fase interna desta TCE.

24. Observa-se também que as informações contidas na base CPF da Receita Federal são de responsabilidade de seu titular, ou seja, de quem as declarou. Qualquer alteração nos dados pessoais, como mudança de endereço, deve ser solicitada à Receita Federal e pode ser feita, a qualquer tempo, nas agências do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Correios, na declaração anual do imposto de renda de pessoa física e em entidades públicas conveniadas.

Continuação do TC nº 009.443/2010-0

25. Assim, alegação da invalidade do ofício citatório encaminhado pela Secex-MA não deve prosperar. Isto porque o endereço utilizado para citar o responsável (base CPF) havia sido informado por ele mesmo a órgão oficial da União - Receita Federal.

26. Em adição, alerta-se que o Município de Buriticupu/MA tinha 65.237 habitantes em 2010 (fonte: endereço eletrônico do IBGE). Em cidades de pequeno porte, autoridades como prefeito municipal são popularmente conhecidas e, neste caso, é muito provável que o funcionário dos Correios, responsável pela entrega da citação, conhecia o endereço do domicílio do Sr. Antônio Gildan Medeiros situado à Rua dos Carpinteiros, seja s/n ou nº 13. Tanto é que foram três tentativas de entrega frustradas, cujo motivo da devolução foi a ausência do destinatário. Caso houvesse outras dificuldades para a entrega, o carteiro teria registrado, por exemplo, 'mudou-se', 'endereço insuficiente' ou 'não existe o número' (vide peça 16, p. 2).

27. A alegação de que a citação não observou o art. 179, I, do RI/TCU também não merece ser acolhida. Os incisos I, II e III, do art. 179 do RI/TCU dispõem sobre formas de se fazer a comunicação processual (servidor designado, carta registrada e edital), facultado ao Tribunal a escolha da mais oportuna e conveniente para cada caso. Não há uma ordem para sua utilização, com exceção à comunicação via edital, que é subsidiária às demais.

28. Diversamente do que se alega, não houve cerceamento à defesa e ao contraditório do recorrente. O responsável foi regularmente citado (via edital), como já demonstrado, e ausente a sua manifestação, caracterizou-se a revelia, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º da Lei 8.443/92.

29. Quanto à alegação da inexistência de justificativa para a não entrega do ofício citatório por meio dos Correios, eis que o recorrente havia permanecido com domicílio em Buriticupu/MA, deve-se destacar que funcionário dos Correios fez três tentativas de entrega, sem sucesso, porquanto o destinatário estava ausente (peça 16, p. 2).

30. A validade da citação nos processos deste Tribunal não está condicionada à entrega pessoal, razão pela qual o aviso de recebimento não precisa ser assinado pelo próprio destinatário (art. 3º, inciso III e art. 4º, inciso II, da Resolução TCU 170/2004). Assim, apenas quando não estiver presente o aviso de recebimento (AR) específico é que se verificará nos autos a existência de outros elementos que comprovem a ciência da parte.

31. A validade de tal critério de comunicação processual é referendada pela jurisprudência deste Tribunal, conforme os Acórdãos 14/2007-1ª Câmara, 3.300/2007-2ª Câmara, 48/2007-2ª Câmara e 338/2007-Plenário. O entendimento desta Corte de Contas encontra amparo em deliberação do Plenário do Supremo Tribunal Federal, proferida em sede de agravo regimental em mandado de segurança (MS-AgR 25.816/DF, relator Ministro Eros Grau), conforme excerto a seguir transcrito:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DAS DECISÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ART. 179 DO REGIMENTO INTERNO DO TCU. INTIMAÇÃO DO ATO IMPUGNADO POR CARTA REGISTRADA, INICIADO O PRAZO DO ART. 18 DA LEI N. 1.533/51 DA DATA CONSTANTE DO AVISO DE RECEBIMENTO. DECADÊNCIA RECONHECIDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. O envio de carta registrada com aviso de recebimento está expressamente enumerado entre os meios de comunicação de que dispõe o Tribunal de Contas da União para proceder às suas intimações.

2. O inciso II do art. 179 do Regimento Interno do TCU é claro ao exigir apenas a comprovação da entrega no endereço do destinatário, bastando o aviso de recebimento simples.

32. Assim, a citação foi válida, porquanto realizada conforme o disposto no art. 179, incisos II e III, do RI/TCU."

7. Considerando-se as abalizadas argumentações acima expostas, este representante do Ministério Público/TCU manifesta-se de acordo com o encaminhamento constante na peça 56, no sentido de que esta Corte conheça e negue provimento ao presente recurso de reconsideração.

Ministério Público, em janeiro de 2014.

(Assinado eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral